

Acordo encerra logo o 1º turno

Previsão é de Ulysses, que espera votar título em bloco

ZULEIKA DE SOUZA



Ulysses discutiu a votação com Cabral (à direita)

Ulysses mostra que não perdeu a forma

Quem até ontem duvidava da capacidade de Ulysses Guimarães exercer, simultaneamente, sua tripla presidência, pode rever sua posição. O veterano político paulista cumpriu missões de presidente da Constituinte, presidente da Câmara e presidente do PMDB. N-ao parecia cansado.

Logo cedo, na qualidade de presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses recebeu em sua casa o relator-geral Bernardo Cabral. Examinaram a votação do capítulo das Disposições Transitórias e três ou quatro temas polêmicos: anistia aos militares, mandato de presos, anistia da correção monetária das dívidas dos pequenos e médios empresários.

Logo depois conversou com integrantes do grupo de centro-esquerda "novo PMDB", dispostos a bater chapa com os moderados, na convenção nacional do partido, marcada para 21 de agosto. Neste caso Ulysses agiu como presidente do PMDB.

Antes do almoço ele foi ao bloco "A" da SQN 302, visitar o 1º secretário da Câmara, deputado Paes de Andrade. Assunto: eleição da nova mesa da Câmara em fevereiro próximo, para o período 89/90. Nesta questão Ulysses atuou como presidente da Câmara.

O deputado cearense é um dos postulantes ao cargo, juntamente com Bernardo Cabral, Roberto Cardoso Alves e Paulo Mincarone. Paes confirmou a Ulysses que é candidato a presidente da Câmara e está há mais de dois meses

em plena campanha. Modéstia à parte, revelou que seu nome está em posição excelente dentro e fora da bancada partidária. Apesar de se considerar favorito, deixou o visitante tranquilo: "Dr. Ulysses — disse o anfitrião — estou muito bem na campanha de presidente da Câmara na bancada e no plenário. Minha candidatura é uma realidade. Mas quero deixar bem claro: se o senhor tiver condições legais de disputar a reeleição e decidir concorrer, não me terá como contendor. Seréi seu cabo eleitoral. Para o senhor, abro mão".

O atual presidente da Câmara deixou a SQN 302 satisfeito. Mesmo não estando postulando, nem estimulando sua provável candidatura a mais um mandato de presidente da Câmara, ficou com a certeza de que, se resolver articular sua candidatura, Paes de Andrade estará ao seu lado, da mesma forma do que Cabral e Mincarone. Somente Roberto Cardoso Alves continua dizendo que o enfrentaria.

Para Ulysses Guimarães ter condições legais de disputar novo mandato será necessário, contudo, alterar o projeto de nova Constituição, que mantém a proibição de membros das mesas da Câmara e do Senado se candidatarem ao mesmo cargo. Há emendas revogando a proibição e emendas transferindo o assunto da Constituição para o regimento interno. Numa e noutra hipótese, o atual presidente da Câmara poderá adquirir condições de ficar no cargo em 89 e 90 e, nesta qualidade, continuar vice-presidente de Sarney.

Aureliano vai tentar tirar PFL da crise

O ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, assumirá esta semana, ostensivamente, o comando da articulação para a reunificação do PFL, sem o que dificilmente aceitará sua candidatura à Presidência da República. Aureliano acha que o PFL dividido só tem condições de ocupar posições secundárias, com o que não concorda.

O líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PB), foi convidado por Aureliano Chaves para um encontro nesta semana, a fim de analisarem a crise da bancada no Senado. O presidente do partido, senador Marco Maciel (PE), líder dos dissidentes, também está com audiência marcada.

PRINCIPIO

Ao conversar por telefone com Gadelha, na sexta-feira à noite, Aureliano reafirmou-lhe que não colocaria como prioritária a sua candidatura a presidente, lançada por vários setores do PFL. Nem mesmo está decidido a fazer qualquer gestão nesse sentido enquanto não for aprovada a nova Constituição, que completará a transição democrática.

Apesar de ser a principal

liderança do PFL, Aureliano terá muitas dificuldades para recompô-lo. O confronto entre o ex-líder no Senado, Carlos Chiarelli (RS), apoiado por Marco Maciel, e o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, é, hoje, pessoal. O próprio Aureliano Chaves foi hostilizado pelo senador Jorge Bornhausen (SC), ex-colega de Ministério, que defendeu sua saída da presidência de honra do Partido. Bornhausen gostaria que Aureliano apoiasse a candidatura de Maciel à reeleição, hostilizando o grupo vinculado ao Ministro das Comunicações.

Os caminhos do PFL serão praticamente definidos nos próximos dias com os encontros marcados por Aureliano Chaves. Na hipótese de conseguir diminuir os atritos entre dissidentes (Maciel, Chiarelli, Bornhausen e outros) e os governistas (Antônio Carlos, Gadelha, José Lourenço), as suas possibilidades e do Partido aumentarão. Do contrário será intensificada a desagregação do PFL, iniciada, na última terça-feira com o anúncio do deputado Jaime Santana (MA) de que ingressará no partido dos dissidentes do PMDB, que está sendo formado pelo senador Mário Covas (SP).

A votação das disposições transitórias do projeto constitucional deverá ser concluída ainda esta semana, a partir de um entendimento entre as lideranças, e os trabalhos da Constituinte poderão se encerrar em meados de julho. A expectativa foi manifestada ontem no início da tarde pelo presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, ao deixar a residência do vice-líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira (PE). Pouco antes, Ulysses havia recebido em sua casa a redação do texto — todo o texto aprovado em 1º turno do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), com quem trocou idéias sobre o segundo turno de votação.

O PFL, segundo Inocêncio Oliveira, irá propor amanhã, em reunião das lideranças partidárias, que seja feito um texto comum — um "emendão" — com todos os itens sobre os quais haja acordo. As questões polêmicas seriam apreciadas isoladamente — é o caso da anistia aos militares, da efetivação de funcionários públicos, do mandato dos prefeitos. O vice-líder do PFL calcula que haveria assim entre 15 e 20 votações.

Ulysses disse que foi à residência de Inocêncio Oliveira para facilitar a votação das disposições gerais e transitórias.

— O objetivo fundamental — afirmou — é o de que as votações sejam realizadas logo, sem prejuízo da qualidade. Esta Constituição precisa passar a vigorar. Ela traz muitos be-

nefícios, como por exemplo, os direitos dos empregados domésticos, a universalidade da Previdência e a alocação de recursos para os estados e municípios. Qualquer demora injustificada vai penalizar os estados, municípios e milhões de brasileiros.

O presidente da Constituinte declarou que há um entendimento generalizado quanto à necessidade de as eleições municipais serem realizadas em novembro. E admitiu que há pontos sobre os quais é difícil um acordo, como a anistia:

— Se não houver fusão ou entendimento, a matéria vai a voto — disse.

Ulysses disse também que já fez um apelo para que todos os constituintes estejam em Brasília amanhã. Observou que não houve condições para a votação na semana passada "por razões que todo mundo conhece", e lembrou que há cinco meses o plenário tem votado o projeto constitucional:

— Estamos chegando do outro lado do túnel. Se depender de mim, e há condições técnicas para isto, até meados de julho o trabalho estará concluído, e indagado sobre se teve dificuldades em convencer o PFL a negociar, disse que não, que não foi necessário nenhum esforço, e passou a palavra para Inocêncio Oliveira. O vice-líder do PFL garantiu que seu partido não havia abandonado as negociações, e que a proposta de votar em bloco a parte de consenso, se acolhida pelos demais líderes, permitirá a conclusão do

primeiro turno de votação ainda esta semana.

SEGUNDO TURNO

No início da manhã, Bernardo Cabral levou a Ulysses um levantamento indicando que há no texto constitucional 39 remissões à lei complementar, e 200 à lei ordinária. O relator e o presidente examinaram formas de agilizar a votação em segundo turno, mas Ulysses quis anunciar o resultado dos estudos, que pretende concluir durante esta semana. Hoje pela manhã, haverá nova reunião na residência de Ulysses, da qual participarão, além de Cabral, os relatores-adjuntos. O segundo turno de votação está na pauta do encontro.

Ao levar Cabral à porta de sua residência, Ulysses afirmou, em rápida entrevista, que a solução para a anistia será dada democraticamente:

— Atravessaremos esse problema polêmico com a mesma galhardia com que enfrentamos outros itens — acrescentou.

Sobre afirmações de militares de que esperam bom-senso dos constituintes, Ulysses disse que "eles fazem bem em confiar no bom-senso dos constituintes", que, segundo o presidente, tem prevalecido. Quanto à mobilização do Palácio do Planalto para derrubar a fixação do limite de juros em 12%, declarou que "a qualquer momento se pode pleitear que o texto seja emendado".

— Tem que se examinar as razões, levar ao conhecimento da Constituinte e ter maioria. Por ora, é prematuro tratar disto.

Tática agora é segurar a dissidência do PMDB

ZULEIKA DE SOUZA



Paes de Andrade: união

— Estamos preocupados em resgatar as bandeiras do partido.

O deputado cearense observou que serão realizadas outras conversas com o objetivo de unir o PMDB, com a participação de deputados como Chico Pinto (BA) e Hélio Duque (PR), remanescentes do grupo autêntico:

— Vamos aprofundar esta discussão, e Ulysses Guimarães está à disposição para estabelecer todos os contatos destinados a unir o partido neste momento difícil — acrescentou Paes de Andrade.

Faltam bons candidatos, diz Maciel

O presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), está convencido de que "somos uma democracia em que as eleições, em vez de ser uma rotina, passam a ser uma questão de conveniência política ou econômica". Essa democracia de fachada decorre "ora das dificuldades conjunturais, ora da falta de perspectiva de candidaturas viáveis e confiáveis para os diversos segmentos do poder".

Após lamentar que a Constituinte não esteja "modernizando nem o modelo político, nem o sistema econômico", Marco Maciel frisa que "o tamanho do Estado brasileiro, o seu grau de interferência na economia e a escala da sociedade, hoje caracteristicamente uma sociedade de massas, não permitem mais a sobrevivência do modelo político cooptativo".

A seu ver, "na medida em que é necessário concentrar o uso dos instrumentos do poder nos grupos sociais de que depende a estabilidade política, aumenta a taxa de cooptação do Governo, mas diminui a sua legitimidade".

O quadro se agrava porque "enquanto formos uma sociedade de massas e, ao mesmo tempo, uma sociedade dualista — uma parcela beneficiária dos ganhos econômicos e outra deles excluída —, o modelo político cooptativo não funcionará, porque é impossível que qualquer sistema político se mantenha cooptando apenas um dos segmentos dessa sociedade, excluindo o outro".

REAVALIÇÃO

O presidente do PFL defende "um redimensionamento e uma reavaliação, não do papel Estado, que tem sido uma solução tradicional em todas as economias que passam por crises fiscais, mas, sobretudo, um redimensionamento e uma reavaliação do próprio modelo político, que não se pode mais assentar num processo de cooptação, que leva, fatalmente, ou ao populismo ou ao autoritarismo".

"O grande desafio da governabilidade brasileira reside na afirmação de princípios do que são características do moderno liberalismo: ao mesmo tempo, a emancipação da tutela da sociedade pelo Estado e a subordinação do Estado ao controle democrático da sociedade".